

## Novos rumos para a educação

Entre os dias 28 de março e 01 de abril realizou-se em Brasília a Conferência Nacional de Educação - CONAE. Com o objetivo de rever os atuais rumos da educação nacional e formular o Plano Nacional de Educação (2010-2020), que será encaminhado ao Congresso Nacional, esse importante evento reuniu cerca de 3 mil delegados de todo os Estados do Brasil, recebendo no encerramento o Presidente Lula e o Ministro da Educação Fernando Haddad.

É interessante observar que a educação hoje tem sido preocupação constante de inúmeros grupos e organizações sociais no âmbito nacional. Desde empresários, passando pelas Igrejas, sindicatos e até mesmo pela mídia, a afirmação de que o País precisa cuidar melhor da educação tornou-se lugar comum nos discursos, o que tende a se intensificar nos próximos meses tendo em vista o processo eleitoral que se avizinha. Contudo, do discurso à prática, observa-se uma grande distância: falar de educação é fácil, mas agir em função da real alteração da situação educativa presente demanda vontade política, investimentos vultosos e paciência histórica para avaliar constantemente o processo em curso e seus resultados, de modo a se promover alterações nos rumos em função dos objetivos propostos.

As resoluções do CONAE parecerem apontar a direção correta para a educação, pois entre elas estão as seguintes: criação do Sistema Nacional da Educação, que vai articular as ações educacionais em todos os níveis e todas as áreas; criação do Fórum Nacional da Educação, que terá poderes mais amplos que o Conselho Nacional da Educação; mudanças nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, que deverá ter seus membros eleitos de forma democrática e representar os segmentos da área da educação; a gestão democrática da educação deve ser estendida também para o setor privado; melhoria dos programas de assistência ao estudante; fortalecimento do ensino público e gratuito; reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do ensino médio, sendo respeitada a proporcionalidade de negros(as) e indígenas de cada ente federado a que pertence a instituição; ampliação do atendimento de creche, ensino fundamental em período integral e ensino médio profissionalizante; ampliação da Educação de Jovens e Adultos e de programas de combate ao analfabetismo; financiamento das matrículas públicas através do Custo Aluno/a Qualidade (CAQ); ampliação da gratuidade dos cursos do sistema "S"; construção de um Referencial Nacional para a Formação de Professores; formas de melhoria salarial dos profissionais da educação com piso salarial de R\$ 1.800,00; sistema de dedicação exclusiva do professor num único cargo, sendo que até 2015 um terço da carga horária deverá ser destinada a horas-atividade; licença automática e remunerada para cursar mestrado e doutorado; formação inicial do professor de forma presencial e o EAD (Ensino a Distância) somente de forma excepcional e rigidamente regulamentado; diretrizes de carreira sem o sistema de premiação/punição; ampliação gradativa dos recursos da educação até que seja aplicado 10% do PIB na educação pública; ampliação dos recursos vinculados de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios; criação da Lei de Responsabilidade Educacional; criação do programa de Educação Fiscal para a cidadania; destinar 50% dos recursos do Fundo Social e dos *royalties* do petróleo e do pré-sal para a educação; fortalecimento das medidas de inclusão e de educação para a diversidade, com a introdução da educação para comunidades quilombolas, o combate à homofobia e outras formas de preconceito; recursos públicos para a educação pública, sendo que a partir de 2018 os recursos do FUNDEB não poderão mais financiar instituições privadas.

Muito embora sejam resoluções do CONAE, tais medidas poderão ser alteradas pelos órgãos do Governo Federal e também pelo Congresso Nacional. Contudo, parecem ser essas medidas um ponto de partida importante aos que pretende envidar esforços para superar os graves problemas que afligem a educação nacional. E entre esses problemas destaca-se a política de "zig-zag", isto é, a prática de governantes recém eleitos que, ao assumirem o posto executivo dos municípios, dos estados e mesmo da nação acreditam ter a missão de recomeçar tudo do zero.

**Marcos Francisco Martins** – pesquisador do CNPq  
vinculado ao Mestrado em Educação do Unisal